

Lei 10.639/03: Relações Étnico-Raciais Nas Escolas E A Formação De Professores Para Uma Educação Antirracista

Teodoro Antunes Gomes Filho
Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos (Unisinos)

Maria Clara Leite De Oliveira E Souza
Faculdade Damas De Instrução Cristã

Jaine De Andrade Do Nascimento
Centro Universitário Do Distrito Federal

Michelle Aparecida Silvestre
Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul

Andreza De Souza Pereira
Universidade Católica De Pernambuco

Gislaine Guerzoni Da Silva
Universidade Do Grande Abc

Francisco Roldineli Varela Marques
Universidade Federal Rural Do Semi-Arido

Tais Fabiola Gonçalves
Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos (Unisinos)

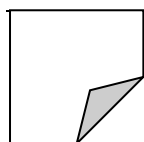
Riverson Ferreira Rodrigues
Universidade Federal Do Ceará (Ufc)

Liliana Maria Morais De Carvalho Gurgel
Faculdade De Tocantins

Adelcio Machado Dos Santos
Universidade Alto Vale Rio Do Peixe (Uniarp)

Resumo:

O objetivo desta pesquisa foi analisar o impacto da Lei 10.639/03 nas relações étnico-raciais nas escolas brasileiras, bem como investigar o papel da formação de professores na promoção de uma educação antirracista. Quanto ao método, tratou-se de uma revisão integrativa. Os dados foram coletados por meio do Google Acadêmico e Scielo, com critérios de inclusão de artigos brasileiros publicados entre 2023 e 2024. A análise foi conduzida em duas etapas, resultando em uma amostra final de 4 artigos selecionados como os mais pertinentes. Os estudos revisados sobre a formação inicial de professores destacam avanços significativos, como a inclusão de disciplinas obrigatórias sobre Relações Étnico-Raciais (ERER) em algumas instituições de ensino, reconhecendo a importância da legislação que promove o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Ao integrar disciplinas obrigatórias sobre Relações Étnico-Raciais (ERER) na formação inicial de professores, as instituições de ensino reconhecem a importância de preparar educadores para lidar de forma sensível e eficaz com questões relacionadas ao racismo e à discriminação racial. A educação antirracista busca, assim, promover



uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder e privilégio que perpetuam a marginalização de determinados grupos étnicos, capacitando os professores a criar ambientes inclusivos e acolhedores para todos os alunos, independentemente de sua origem racial. No entanto, foi possível observar também lacunas, como a falta de integração eficaz da função social do ensino com as EREER nos currículos analisados e a ausência de clareza nos planos de curso para abordar questões raciais. A preocupação com a ausência ou sub-representação dos saberes étnicos nos currículos reflete a necessidade urgente de promover mudanças curriculares e pedagógicas para uma educação antirracista, valorizando os conhecimentos de diferentes etnias e evitando o silenciamento que perpetua as desigualdades raciais. Destaca-se a importância da sensibilização da comunidade acadêmica, o estímulo à pesquisa sobre as EREER e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas inovadoras, visando uma formação de professores mais inclusiva, equitativa e comprometida com a diversidade étnico-racial, em prol de uma educação que promova a justiça social e o respeito à pluralidade cultural.

Palavras-chave: Lei 10.639/03; Étnico-racial; Educação antirracista.

Date of Submission: 04-04-2024

Date of Acceptance: 14-04-2024

I. Introdução

As relações étnico-raciais no Brasil são historicamente marcadas pela desigualdade e pela discriminação, decorrentes de séculos de escravidão e marginalização da população afrodescendente. Nesse contexto, a Lei 10.639/03 desempenha um papel fundamental ao reconhecer e valorizar a história e cultura dos povos africanos e afro-brasileiros, buscando reparar injustiças históricas e promover a inclusão social. Ao incluir o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, a lei não apenas amplia o conhecimento dos estudantes sobre a diversidade cultural do país, mas também contribui para a construção de uma consciência crítica sobre as questões raciais e para o fortalecimento da identidade negra. (PEREIRA, 2016).

Assim, a Lei 10.639/03, promulgada no Brasil em 9 de janeiro de 2003, representa um marco na luta pela promoção da igualdade racial e reconhecimento da história, cultura e contribuições dos afro-brasileiros para a sociedade. Esta legislação torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas públicas e particulares do país, integrando-as ao currículo regular de ensino fundamental e médio. O objetivo central da Lei 10.639/03 é combater o racismo estrutural ao proporcionar uma educação mais inclusiva e plural, que reconheça a diversidade étnico-cultural do Brasil e promova a valorização da identidade afrodescendente. Além disso, a legislação visa estimular o respeito à diversidade, o combate ao preconceito e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, fundamentada no princípio da equidade racial (NOGUERA; DUARTE; RIBEIRO, 2019).

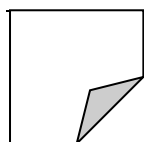
Nesse cenário, as relações étnico-raciais nas escolas desempenham um papel central na promoção de uma educação antirracista. É fundamental que as instituições de ensino criem ambientes inclusivos e acolhedores, onde o respeito à diversidade étnico-cultural seja valorizado e praticado diariamente. Isso implica em desenvolver políticas e práticas escolares que combatam ativamente o racismo, promovendo a equidade e a justiça social. Além disso, é essencial fomentar o diálogo intercultural e a valorização das identidades étnico-raciais, incentivando a participação ativa dos alunos na construção de uma comunidade escolar mais igualitária e democrática (CAMARGO; BENITE, 2019).

Para isso, a formação de professores desempenha um papel crucial. Os educadores precisam estar preparados para reconhecer e enfrentar situações de discriminação racial em sala de aula, promovendo o respeito mútuo e a valorização da diversidade. Isso requer uma abordagem pedagógica sensível e inclusiva, que incorpore conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana de maneira significativa e contextualizada. Além disso, é importante que os professores estejam abertos ao aprendizado contínuo e ao aprimoramento de suas práticas, participando de formações específicas sobre relações étnico-raciais e buscando constantemente ampliar sua compreensão sobre as questões de igualdade racial na educação (COELHO, 2018).

Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar o impacto da Lei 10.639/03 nas relações étnico-raciais nas escolas brasileiras, bem como investigar o papel da formação de professores na promoção de uma educação antirracista. Espera-se que os resultados desta pesquisa forneçam subsídios teóricos e práticos para o aprimoramento das políticas educacionais e práticas pedagógicas voltadas para a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo nas escolas. Ao compreender melhor o impacto da Lei 10.639/03 nas relações étnico-raciais, assim como o papel crucial da formação de professores, será possível identificar pontos de melhoria e implementar medidas eficazes para garantir uma educação mais inclusiva e plural.

II. Materiais E Métodos

Para realizar esta pesquisa, foi adotada uma abordagem de revisão integrativa, devido à sua capacidade de sintetizar estudos existentes sobre um determinado tema, possibilitando uma compreensão abrangente e aprofundada do assunto em questão. A justificativa para essa escolha metodológica reside na necessidade de



investigar o impacto da Lei 10.639/03 nas relações étnico-raciais nas escolas brasileiras e o papel da formação de professores na promoção de uma educação antirracista, reunindo e analisando informações relevantes disponíveis na literatura científica.

Em relação ao levantamento de dados, foram utilizados os mecanismos de busca do Google Acadêmico e do Scielo, empregando palavras-chave específicas e operadores booleanos (AND e OR) para garantir a precisão e abrangência dos resultados. Os critérios de inclusão adotados foram rigorosos, incluindo apenas artigos científicos brasileiros, publicados em português, completos, gratuitos e associados ao tema de interesse. Além disso, os artigos selecionados deveriam ter sido publicados no ano de 2023 e 2024, visando garantir a relevância atualizada das informações.

Por outro lado, foram excluídos outros tipos de estudos, como teses, resumos, relatórios e artigos em outros idiomas que não o português, a fim de manter o foco na pesquisa específica em questão. A análise dos dados foi conduzida em duas etapas distintas: inicialmente, foram realizadas leituras dos resumos e títulos dos artigos selecionados para identificar sua relevância e adequação aos objetivos da pesquisa. Em seguida, os artigos pré-selecionados foram submetidos a uma leitura completa, permitindo uma análise mais detalhada e crítica. Como resultado, obteve-se uma amostra final de 4 artigos científicos que foram considerados mais pertinentes para o estudo em questão.

III. Resultados E Discussões

Quadro 1. Artigos selecionados

Autores	Objetivo	Metodologia	Conclusão
Carvalho, Nascimento e Costa (2024)	Analisar os diálogos que envolvem a Educação das Relações Étnico-Raciais e a formação docente em Ciências	Levantamento bibliográfico	O texto discute a relação entre o Ensino de Ciências e a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), destacando a importância do diálogo interdisciplinar e da produção acadêmica alinhada com a luta contra o racismo e as desigualdades sociais, especialmente promovida pelo Movimento Negro. Reconhece-se a influência de Paulo Freire na concepção de uma educação crítica e dialógica. O texto enfatiza a necessidade de uma abordagem ética e política na produção de conhecimento científico, visando contribuir para uma educação comprometida com debates sobre relações étnico-raciais. Conclui-se ressaltando a importância de questionar a natureza da produção científica e sua contribuição para a formação docente e para práticas pedagógicas e políticas públicas engajadas na promoção de uma educação antirracista.
Jesus, Rebouças e Sivla (2024)	Conhecer o panorama dos estudos sobre a temática das relações étnico-raciais na formação de professores	Revisão sistemática	A implementação da Lei Federal n.º 10.639/2003, que exige o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, é reconhecida como um avanço na promoção da diversidade étnico-racial no currículo escolar. No entanto, é necessário efetivar essa legislação e integrá-la de forma eficaz na formação de professores de todas as áreas, especialmente nas ciências. A participação da comunidade acadêmica é essencial para promover pesquisas sobre o tema e enriquecer a formação docente. O estágio supervisionado é destacado como crucial nesse processo, mas há uma lacuna nas pesquisas sobre formação de professores de ciências para as relações étnico-raciais. É fundamental expandir o enfoque para incluir disciplinas como Matemática, Química, Física e Biologia. As relações étnico-raciais na sala de aula de Ciências podem ser abordadas promovendo uma visão crítica do racismo, estimulando a reflexão sobre identidades e oferecendo materiais que promovam a representatividade. A formação de professores pode contribuir para um ambiente de aprendizado inclusivo e equitativo, desenvolvendo estratégias inclusivas e abordando questões contemporâneas. É crucial uma abordagem interdisciplinar sensível às questões étnico-raciais para promover uma educação inclusiva e equitativa no contexto das disciplinas de ciências. A continuidade da pesquisa e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas inovadoras são fundamentais para esse propósito.
Silva e Araújo (2023)	Compreender de que forma a temática das Relações Étnico-Raciais é proposta nos Planos de Ensino de Professores/as universitários que lecionam a Educação das Relações Étnico-	Pesquisa qualitativa	Os resultados da pesquisa indicam que a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) é adequadamente abordada nos Planos de Ensino, apresentando uma articulação consistente com objetivos e conteúdos pertinentes à perspectiva positiva da ERER na formação de professores de Ciências e Biologia. Os métodos didáticos utilizados pelos docentes e os critérios de avaliação oferecem uma variedade de abordagens que possibilitam a discussão eficaz da ERER. No geral, a proposta de ensino da ERER na formação inicial de professores na UFRPE contribui para a descolonização da formação docente, rompendo com modelos coloniais predominantes nos currículos de formação de professores no Brasil. Espera-se que os resultados desta pesquisa inspirem novos estudos sobre a abordagem da ERER na formação de professores de Ciências e

	Raciais		Biologia em outros contextos nacionais.
Santos e Barros (2023)	Explorar os avanços alcançados quanto à inserção da temática étnico-racial nos currículos dos cursos de formação inicial de professores de Ciências ofertados em instituições de ensino superior públicas	Pesquisa documental e qualitativa	A presença de disciplinas obrigatórias sobre Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) na formação de professores de Ciências/Biologia em Alagoas é um avanço, porém a integração da função social do ensino de Ciências com essa temática é fragmentada nos currículos analisados. A falta de direcionamento claro para abordar a questão racial nos planos de curso evidencia a necessidade de maior diálogo com movimentos sociais, como o Movimento Negro, para atender suas demandas. Além disso, a ausência ou sub-representação de saberes étnicos nos currículos reflete um preocupante não enfrentamento do racismo epistêmico, destacando a importância de mudanças curriculares e pedagógicas para promover uma educação antirracista. A reorientação dos cursos para valorizar e reconhecer os conhecimentos de diversas etnias é crucial para traduzir as diferenças em igualdade de oportunidades, evitando o silenciamento que perpetua as desigualdades raciais.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O estudo conduzido por Carvalho, Nascimento e Costa (2024) oferece uma análise crítica sobre a presença de disciplinas obrigatórias relacionadas à Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) na formação inicial de professores, sobretudo no que diz respeito à disciplina de Ciências/Biologia em Alagoas. Os autores reconhecem o progresso representado pela inclusão dessas disciplinas, porém apontam para lacunas significativas na abordagem da temática. Uma das principais constatações do estudo é a fragmentação e a vaguidade com que a função social do ensino de Ciências é explorada nos Planos de Curso analisados.

Considerando apenas as ementas das disciplinas, os docentes do ensino superior não têm um direcionamento claro para trabalhar a temática racial com seus alunos, que são os futuros profissionais da educação. Além disso, há uma preocupação expressa em relação ao não enfrentamento do racismo epistêmico, evidenciado pela ausência ou sub-representação dos saberes produzidos por diferentes grupos étnicos nos currículos. Carvalho, Nascimento e Costa (2024) argumentam que esse cenário é alarmante, especialmente diante das transformações e incertezas sociais vivenciadas pela sociedade.

Os autores defendem a necessidade urgente de promover mudanças nas concepções curriculares e nas práticas pedagógicas, visando alcançar avanços concretos na luta por igualdade de condições. Essa reorientação curricular deve priorizar uma formação humana que valorize e reconheça todos os bens culturais e conhecimentos acumulados por diferentes etnias.

Por fim, Carvalho, Nascimento e Costa (2024) enfatizam a importância de reconhecer e dar voz às culturas historicamente silenciadas em sala de aula. Eles argumentam que esse processo de silenciamento não apenas contribui para a discriminação racial, mas também aprofunda as desigualdades existentes. Portanto, é imperativo que as diferenças sejam devidamente reconhecidas e traduzidas em igualdade de oportunidades no contexto educacional.

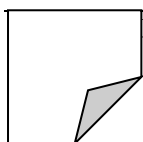
O estudo conduzido por Jesus, Rebouças e Silva (2024) destaca a importância da implementação da Lei Federal n.º 10.639/2003, que visa promover o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, como um avanço significativo na promoção da diversidade étnico-racial no currículo escolar. Os autores ressaltam, no entanto, a necessidade de efetivar essa legislação e integrá-la de maneira eficaz na formação de professores de todas as áreas, especialmente nas ciências.

A participação da comunidade acadêmica é destacada como crucial para promover pesquisas sobre o tema e enriquecer a formação docente. O estágio supervisionado é apontado como uma etapa crucial nesse processo, porém os autores identificam uma lacuna nas pesquisas sobre a formação de professores de ciências para lidar com as questões étnico-raciais. Eles argumentam que é essencial expandir o enfoque para incluir disciplinas como Matemática, Química, Física e Biologia.

As relações étnico-raciais na sala de aula podem ser abordadas de forma eficaz promovendo uma visão crítica do racismo, estimulando a reflexão sobre identidades e oferecendo materiais que promovam a representatividade. A formação de professores é vista como uma ferramenta poderosa para criar um ambiente de aprendizado inclusivo e equitativo, desenvolvendo estratégias inclusivas e abordando questões contemporâneas.

Os autores enfatizam a importância de uma abordagem interdisciplinar sensível às questões étnico-raciais para promover uma educação inclusiva e equitativa no contexto das disciplinas de ciências. Além disso, destacam a necessidade contínua de pesquisa e desenvolvimento de estratégias pedagógicas inovadoras para alcançar esse objetivo. Dessa forma, o estudo de Jesus, Rebouças e Silva (2024) ressalta a importância de uma abordagem holística e comprometida com a diversidade étnico-racial na formação de professores de ciências, visando contribuir para uma educação mais inclusiva e equitativa.

Silva e Araújo (2023) oferecem uma análise positiva sobre a abordagem da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) nos Planos de Ensino da formação de professores de Ciências e Biologia na Universidade



Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Os resultados da pesquisa indicam que a ERER é adequadamente integrada nos planos, apresentando uma articulação consistente com objetivos e conteúdos pertinentes à perspectiva positiva da ERER. Os autores destacam a variedade de métodos didáticos utilizados pelos docentes e os critérios de avaliação que possibilitam uma discussão eficaz da ERER. Essa proposta de ensino contribui significativamente para a descolonização da formação docente, rompendo com modelos coloniais predominantes nos currículos de formação de professores no Brasil.

A pesquisa realizada por Silva e Araújo (2023) tem o potencial de inspirar novos estudos sobre a abordagem da ERER na formação de professores de Ciências e Biologia em outros contextos nacionais. Essa contribuição é importante para o avanço do conhecimento e para a promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa em diferentes regiões do país. Dessa forma, o estudo de Silva e Araújo (2023) ressalta a importância de uma abordagem comprometida com a diversidade étnico-racial na formação de professores, oferecendo insights valiosos para o aprimoramento das práticas educacionais em diferentes instituições de ensino.

Os autores Hora e Moura (2023), por sua vez, destacam a presença de disciplinas obrigatórias sobre Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) na formação de professores. No entanto, os autores apontam para uma fragmentação na integração da função social do ensino de Ciências com essa temática nos currículos analisados. Uma das principais conclusões do estudo é a falta de um direcionamento claro para abordar a questão racial nos planos de curso, evidenciando a necessidade de um maior diálogo com movimentos sociais, como o Movimento Negro, para atender suas demandas. A ausência ou sub-representação de saberes étnicos nos currículos também é destacada como preocupante, refletindo um cenário de não enfrentamento do racismo epistêmico.

Hora e Moura (2023) argumentam que mudanças curriculares e pedagógicas são essenciais para promover uma educação antirracista. Eles enfatizam a importância da reorientação dos cursos para valorizar e reconhecer os conhecimentos de diversas etnias, visando traduzir as diferenças em igualdade de oportunidades e evitando o silenciamento que perpetua as desigualdades raciais. Dessa forma, o estudo de Hora e Moura (2023) destaca a necessidade urgente de uma abordagem mais inclusiva e sensível às questões étnico-raciais na formação de professores de Ciências/Biologia em Alagoas, contribuindo para uma educação mais equitativa e justa.

IV. Conclusão

Diante das análises críticas apresentadas pelos estudos revisados, é possível identificar importantes questões relacionadas à formação inicial de professores e sua abordagem em relação às Relações Étnico-Raciais (ERER). Os autores enfatizam avanços significativos, como a presença de disciplinas obrigatórias sobre ERER em algumas instituições de ensino, e reconhecem a importância da implementação da legislação que promove o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

Entretanto, os estudos também evidenciam lacunas e desafios a serem enfrentados. Há uma necessidade premente de uma integração mais eficaz da função social do ensino com a temática das ERER nos currículos analisados, assim como uma maior clareza nos planos de curso para abordar questões raciais. A ausência ou sub-representação dos saberes étnicos nos currículos também é apontada como preocupante, indicando um cenário de não enfrentamento do racismo epistêmico.

Diante dessas constatações, os estudos ressaltam a urgência de promover mudanças curriculares e pedagógicas que visem a uma educação antirracista. Essas mudanças devem valorizar e reconhecer os conhecimentos de diferentes etnias, buscando traduzir as diferenças em igualdade de oportunidades e evitando o silenciamento que perpetua as desigualdades raciais.

É evidente a importância da sensibilização da comunidade acadêmica, o estímulo à pesquisa sobre as ERER e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas inovadoras que incorporem uma abordagem interdisciplinar e sensível às questões étnico-raciais. Somente assim será possível avançar em direção a uma formação de professores mais inclusiva, equitativa e comprometida com a diversidade étnico-racial, contribuindo para uma educação que promova a justiça social e o respeito à pluralidade cultural.

Referências

- [1]. Camargo, M. J. R.; Benite, A. M. C. Educação Para As Relações Étnico-Raciais Na Formação De Professores De Química: Sobre A Lei 10.639/2003 No Ensino Superior. *Quim. Nova*, Vol. 42, No. 6, 691-701, 2019.
- [2]. Carvalho, I. V.; Nascimento, B. I. S.; Costa, F. A. G. A Formação Docente Em Ciências No Contexto Da Educação Das Relações Étnico-Raciais: Uma Revisão De Literatura. *Revista Interinstitucional Artes De Educar*, [S. L.], V. 10, N. 1, P. 143-161, 2024.
- [3]. Coelho, W. N. B. Formação De Professores E Relações Étnico-Raciais (2003-2014): Produção Em Teses, Dissertações E Artigos. *Educar Em Revista*, Curitiba, Brasil, V. 34, N. 69, P. 97-122, Maio/Jun. 2018
- [4]. Jesus, G. B. De; Rebouças, V. F. Dos S. L.; Silva, Y. F. De O. E. Formação De Professores De Ciências Para As Relações Étnico-Raciais: Uma Revisão Sistemática Da Literatura. *Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação*, Araraquara, V. 19, N. 00, P. E024036, 2024.
- [5]. Nogueira, R.; Duarte, V.; Ribeiro, M. S. Afroperspectividade No Ensino De Filosofia: Possibilidades Da Lei 10.639/03 Diante Do Desinteresse E Do Racismo Epistêmico. *Cadernos Do Departamento De Filosofia Da Puc-Rio*, V. 28, N. 45, 2019.
- [6]. Pereira, A. A. O Movimento Negro Brasileiro E A Lei N° 10.639/2003: Da Criação Aos Desafios Para A Implementação. *Revista Contemporânea De Educação*, Vol. 11, N. 22, Ago/Dez De 2016.

